

2. SENTIDO E DISCURSO: O LINGÜÍSTICO E O EXTRALINGÜÍSTICO

Compreender o fenômeno da construção de sentido no texto não tem sido tarefa fácil para os estudiosos em Lingüística. Esse fenômeno, a priori, estabelece uma relação entre linguagem e mundo, que pode ser vista / lida de várias formas.

Segundo Guiraud (1972: 8), “*é semântica tudo o que se refere ao sentido de um sinal de comunicação e, principalmente, tudo o que se refere às palavras.*” A visão do lingüista está intimamente ligada à ótica estruturalista, que previa o enfoque semântico voltado para o signo lingüístico verbal – a palavra. Aqui, reside um dos problemas do estudo da semântica: a construção do sentido não pressupõe a palavra como seu objeto literal e vai além da frase como unidade lingüística, levando em consideração o aspecto dinâmico da linguagem, apontando para elementos extralingüísticos na construção de sentido.

O primeiro movimento de mudança em relação ao estudo da linguagem foi a passagem da concepção de uma língua como representação da realidade para uma visão da língua como prática de um sujeito falante. Desloca-se o eixo de uma língua sistêmica para uma forma de atuação sobre o real, não somente a representação dele; sob uma perspectiva pragmática, entende-se o estudo da linguagem a partir dos atos de fala concretamente realizados na linguagem cotidiana.

Segundo Brandão (2001: 60),

a pragmática lingüística tem por objetivo não o estudo da estrutura gramatical em si, como elemento auto-suficiente, mas visa à utilização da linguagem por um locutor, a relação entre o seu dizer e fazer, suas intenções, que manobras, estratégias discursivas mobiliza para conseguir seus intentos.

Assim, ganham relevância o papel do sujeito e seu ato de enunciação. Para Benveniste (1991), o sujeito na Lingüística da Enunciação centra-se na figura do locutor, cuja subjetividade se baseia no próprio exercício da língua, na sua ação discursiva, através de marcas lingüísticas inscritas no enunciado, como a primeira pessoa, e outros elementos dêiticos, como os termos adverbiais “aqui” e “agora”. Assim,

sob o viés do papel do sujeito-falante, a semântica desloca seu eixo – voltado para visão representacional e em busca da veracidade das sentenças – para uma visão de semântica discursiva, preocupada com a concretização da linguagem através do ato de fala.

Um segundo movimento nega a condição unitária do sujeito em nome de sua heterogeneidade: o sujeito é visto como elemento descentrado, influenciado pela sua história, pelo seu aspecto social e por sua ideologia. É nesse momento que Bakhtin (2004) estabelece o princípio de que toda palavra é dialógica por natureza e a língua deve ser vista como um “*fenômeno social da interação verbal*.” Dessa forma, nega-se um sujeito uno, um “eu” individualizado em razão de um “nós” – sujeito social fundado sob a ótica da multiplicidade, fruto da interação verbal entre o “eu” e o “outro”. Em tese, distingue-se o texto monofônico daquele que é permeado por diversas vozes – o texto polifônico.

Mais tarde, Ducrot (1987) se apropria do conceito bakhtiniano de polifonia e constitui a visão dialógica ao nível do enunciado, estabelecendo várias distinções primárias para a construção do sentido no âmbito discursivo. A primeira delas trata da diferença entre *frase* e *enunciado*: para o lingüista, o conceito de frase limita-se ao campo gramatical, constituindo-se como uma seqüência sonora, enquanto o enunciado dá-se como uma ocorrência histórica dessa seqüência sonora. À frase, segundo Ducrot, cabe o conceito de significação, ou seja, leis provenientes da estrutura léxico-gramatical; ao enunciado, cabe o conceito de sentido. Distingue ainda Ducrot o conceito de *enunciação*, que seria o ato de produzir enunciados, o acontecimento de uma frase ter sido objeto de um enunciado.

Quanto à significação ligada à frase e o sentido ligado ao enunciado, de fato, uma mesma frase pode gerar sentidos diferentes, porque constituem enunciados diferentes, que por sua vez seguem as instruções contidas na frase para a construção do sentido. Segundo Flores e Teixeira (2005), “*o que é comunicado pelo sujeito mediante o enunciado é, então, a própria qualificação desse enunciado*”. Uma mesma frase “Que jogo!”, por exemplo, pode representar sentidos bem distintos, se pronunciada pelo torcedor vencedor ou pelo perdedor. Se no primeiro caso tem-se uma expressão de satisfação, no segundo a frustração vem acompanhada de certa dose de ironia.

Segundo Brait e Melo (2005), citando os estudos de Bakhtin, o enunciado compreende três fatores: 1) o horizonte espacial comum dos interlocutores, 2) o conhecimento e a compreensão comum da situação por parte desses interlocutores, e 3) sua avaliação comum dessa situação. As autoras complementam essa idéia:

O enunciado e as particularidades de sua enunciação configuram, necessariamente, o processo interativo, ou seja, o verbal e o não verbal que integram a situação e, ao mesmo tempo, fazem parte de um contexto maior histórico, tanto no que diz respeito a aspectos (enunciados, discursos, sujeito, etc.) que antecedem esse enunciado específico quanto ao que ele projeta adiante. (Brait e Melo, 2005: 67).

Assim, numa situação comunicativa, o enunciado implica muito mais do que se pensa estar inserido no campo estritamente lingüístico. Os atores discursivos vêm, além da base lingüística, de fatores extralingüísticos. Por exemplo, numa enunciação podem aparecer vários sujeitos que representam várias vozes subjacentes ao discurso.

A perspectiva polifônica do sujeito traz um componente interessante à análise de sentido do enunciado: distinguindo-se da visão de Bakhtin para o conceito de *enunciador* – que representaria o locutor da frase – , Ducrot vê o enunciador como um perspectivador que se insere no enunciado, um ponto de vista autorizado por uma voz presente na enunciação. Considere-se esta charge:



— **É... acho que isso vai demorar mais do que eu pensei...**

CARUSO, Chico. *O Globo*, 22/04/05.

A charge apresenta signos icônicos: o mapa do Brasil e a figura do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A imagem de uma ingênuo pescaria ganha ares mais irônicos

quando se insere a voz de um enunciador que introduz a idéia de que o país está afundado, e o presidente quer trazê-lo à tona. A partir desse ponto de vista, a charge desempenha uma função comunicativa que aponta para uma análise crítica da postura do governo: o Brasil estaria, metaforicamente, mergulhado em problemas, e Lula tem dificuldades para tirá-lo de lá, na ótica do chargista Chico Caruso.

Esse processo de enunciação permeado por vozes dos vários sujeitos insere na cena discursiva outro elemento importante para a apreensão do sentido – o contexto –, uma vez que, inserido no processo lingüístico, coloca em foco a idéia central de que o texto deve ser visto tanto como uma “malha de informações”, organizado e estruturado, quanto um objeto de comunicação, fruto de um contexto histórico e social, onde a natureza do sujeito-falante interage com a mensagem que deve ser apreendida pelo ouvinte, assim como com os enunciadores que indicam o ponto de vista norteador do sentido contido nos enunciados.

Fica estabelecido, portanto, que o jogo semântico numa linguagem envolve não somente o significado da palavra / frase, mas uma inter-relação entre os agentes que compõem o discurso – tomado, aqui, como a junção de um texto ao seu contexto. Dessa forma, é no discurso que encontramos o foco semântico, na medida em que as palavras podem potencializar seus sentidos dependendo dessa inter-relação. Toma-se como exemplo este anúncio da Brastemp:



Para a mulher, o casamento tem dois momentos horríveis. Depois do almoço e depois do jantar.

Não há nada melhor para acabar com um romance do que pratos sujos e panelas engorjuradas. Não deixe seu amor diminuir após as refeições. Tenha uma Lavalouça Brastemp em casa.

Lavalouça Brastemp

Venha buscar a sua: Bemoreira, Casa Diamante, Casa Garson, Eletro Alencar, Genial, Magazem Bangu, Marcovan, Mobil, Marambaia, Ultralar.

In www.cbsp.com.br

Está clara no enunciado a presença de uma voz que representa o ideário machista ao incumbir à mulher, e somente a ela, as atividades domésticas. Esse enunciador, na concepção de O. Ducrot, legitima-se inclusive pela linguagem não-verbal do anúncio, que mostra um homem lendo seu jornal tranqüilamente e fumando seu cigarro, supostamente depois das refeições.

Outro traço relevante na construção do sentido está em se perceber a mensagem implícita do anúncio: “compre uma lavadora de louças e salve seu casamento”. Esse implícito é autorizado pela voz do anunciante em destaque. Essa mesma frase dita por uma mulher divorciada, por exemplo, autorizaria outro tipo de interpretação possível: “é muito bom não estar casada”. Ou ainda, se pronunciada por uma mulher que se julga bem casada, o enunciado construído pela frase sugeriria apenas um aspecto negativo do casamento entre tantos positivos. Assim, a natureza do sujeito-falante interage na construção do enunciado, que implica outro sentido.

Como se pode ver, o dialogismo intrínseco às palavras contidas no enunciado relaciona-se com outros elementos do anúncio formalizando o discurso. Contudo, este anúncio não ganha sentido pleno como projeto discursivo sem levar em consideração alguns aspectos do contexto em que ele se insere: esse é um anúncio de 1978, época na qual a liberação feminina em relação ao mercado de trabalho não é efetiva, bem como a noção de divisão de tarefas domésticas que se vê hoje. Só de posse dessas informações do imaginário da época e da multiplicidade de elementos presentes no anúncio, pode-se compreender a função dos sujeitos do enunciado e apreender, de forma abrangente, o sentido pertinente à cena enunciativa.

Assim, elementos importantes na construção da cena discursiva, como o contexto, os agentes que interagem no processo de enunciação, como a noção de pressuposição e polifonia, merecerão um olhar aprofundado na construção de sentido no âmbito do texto. Tais elementos atuam na cena discursiva e é dessa interação entre componentes lingüísticos e extralingüísticos que surge a apreensão mais completa do sentido sob a ótica textual.

Concordando com Furlanetto (2000a: 10), *“a significação se estabelece e muda por causa dos efeitos discursivos de sentido, que a semântica incorpora dados pragmáticos e que a pragmática se assenta numa semântica”*. É através do confronto dessas áreas da Lingüística que a produção de sentido, sempre ancorada em uma situação comunicativa, deve ser investigada.

2.1 Contexto

A discussão a respeito da significação através da ótica saussuriana entre significante / significado compreendia um espaço exclusivamente lingüístico; era a língua (*langue*) seu objeto de estudo. Qualquer aspecto que apontasse para fora do campo lingüístico não deveria ser considerado, daí a semântica não merecer um olhar científico, já que a construção do sentido aponta, como já visto, para aspectos que fogem ao âmbito da língua. Assim, quando a noção de signo começa a abarcar a idéia do referente, ou seja, um elemento que indica a realidade extralingüística, seja com Ogden e Richards, ou ainda, com Hjelmslev, tal fato implica a inclusão de aspectos pragmáticos e situacionais, antes não considerados.

Dessa forma, a noção de *referência*, definida por Moeschler e Reboul (*apud* Rocha⁶, 1999b: 112) como “*uma relação que une uma expressão da língua utilizada num enunciado e o objeto do mundo que tal expressão designa*”, aponta para a idéia de que as relações de natureza semântica devem ser analisadas também a partir de fatores extralingüísticos. Afirma, ainda, Rocha (1999b: 113): “*Com efeito, tomado em si mesmo, no interior do sistema da língua, um signo não possui uma referência; apenas quando particularizado numa dada situação de comunicação, isto é, quando utilizado por um locutor num dado contexto, é que poderá assumir um valor referencial.*”

Está claro que as relações entre itens lexicais no âmbito textual (co-texto), como as noções de coesão, relações entre elementos fóricos e dêiticos interagem no universo semântico de um texto, entretanto o sentido de qualquer prática discursiva ultrapassa os limites do texto e, sobretudo, é o que interessa aqui. Segundo Vereza (2000), citando Halliday, tal dimensão não co-textual é denominada como *contexto exofórico*, que seria o conhecimento de mundo ou informações compartilhadas, diferente do chamado *contexto endofórico*, que seria o texto verbal em si. É dessa dimensão não co-textual, o *contexto*, que tratarei a seguir.

Como visto, a rede lexical que forma um texto não é suficiente para a compreensão de sentido no discurso. Palavras soltas, até mesmo frases soltas suscitarão questões acerca do locutor da mensagem, do ambiente em que foi enunciado, além de informações compartilhadas entre os interlocutores. São essas questões que apontam para a idéia de *contexto*, assim definido por Dubois:

⁶ Tal definição foi extraída da obra “*Dictionnaire encyclopédique de pragmatique*” e traduzida por Rocha no artigo citado.

O conjunto das condições sociais que podem ser levadas em consideração para estudar as relações que existem entre o comportamento social e comportamento lingüístico (...). São os dados comuns ao emissor e ao receptor na situação cultural e psicológica, as experiências e conhecimentos de cada um dos dois. (Dubois et al, 2001: 149).

Esta charge serve como exemplo:



PAIXÃO. *Gazeta do Povo* (PR), 12/06/05.

Para a construção de sentido da charge, é preciso reconhecer os interlocutores do discurso: o Presidente Lula e o deputado cassado Roberto Jefferson, travestido de mulher. A natureza dos atores da cena discursiva é fundamental, porque só a partir desse conhecimento compartilhado é possível reconhecer o caráter polissêmico da frase “só um selinho”. Roberto Jefferson foi citado como o líder de uma rede de corrupção na empresa de correios. Dessa maneira, os interlocutores envolvidos, assim como a época em que foi construída a charge e as informações compartilhadas sobre as notícias de corrupção formam o contexto que permite compreender a isotopia do item léxico “selinho”. A referência construída, aqui, em nada tem a ver com um doce tocar de lábios, mas com a polissemia da palavra “selo”, referência óbvia aos correios. É o contexto que possibilita tal leitura.

Vereza (2000) define a natureza do contexto em dois planos: *contexto micro-situacional* e *contexto macro-situacional*. O primeiro, segundo a autora, é o contexto imediato da situação de fala, que abarca aspectos da situação comum de enunciação,

como a situação espaço-temporal que inclui o falante, o ouvinte, o canal, o gênero discursivo. O outro se refere ao conhecimento de mundo em geral, às informações acumuladas, crenças, valores, ideologia, presentes na comunidade de fala à qual pertencem os sujeitos discursivos.

O cartaz reproduzido abaixo foi retirado da coluna de Ancelmo Góis:

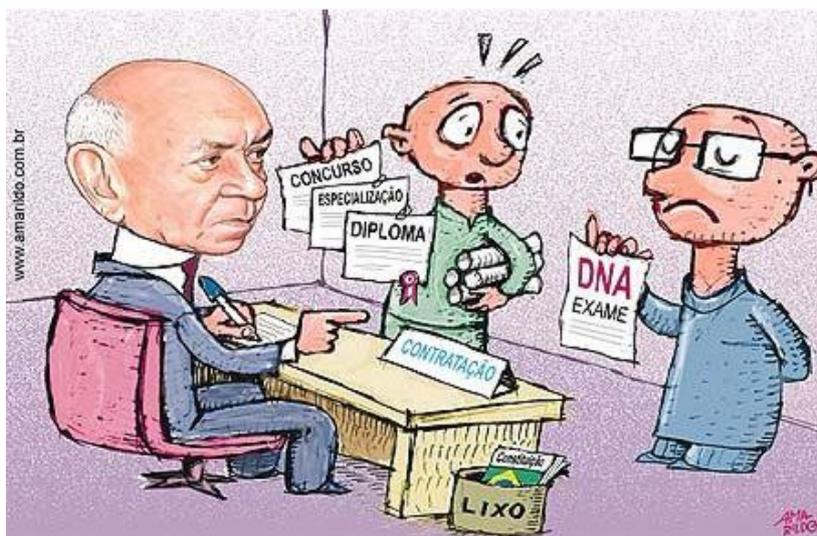


In GÓIS, Ancelmo. *O Globo*, 20/0/8/05.

Ao publicar essa campanha, criada pelo cartunista Paulo Rodrigues, que tentava convencer os filiados do PT a doarem 1% de seus salários para o financiamento do partido, Góis revela sua opinião diante da situação em que o PT se envolveu recentemente. O cartaz, se lido na época em que foi vinculado, fala de um partido que não comete desvios de verbas – o cofre está vazio, não vale a pena assaltá-lo. Publicado na coluna de Ancelmo Góis, surge como uma grande ironia, uma vez que os recentes acontecimentos apontam para notícias de “mensalões” e “caixas dois”. Percebe-se que a situação espaço-temporal, aqui, é determinante para a construção de sentido, assim como a informação compartilhada sobre a postura irônica inerente ao jornalista. Dessa forma, o contexto imediato dessa situação discursiva se entrelaça com a relação cultural,

típica do contexto macro-situacional proposto por Vereza. De fato, tais planos não se desvinculam, sobretudo no gênero discursivo escrito.

O papel do conhecimento compartilhado para o entendimento do texto fica explícito nesta outra charge:



AMARILDO. *Gazeta on line* (ES), 17/04/05.

A charge apresenta como personagem o então presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, escolhendo um suposto candidato a uma vaga pelo seu exame de DNA, preterindo o outro com maiores qualificações. Só de posse das notícias que trazem informações sobre os casos de nepotismo cometidos pelo ex-deputado a charge será compreendida em seu sentido amplo. Tais informações compartilhadas possibilitam a discursividade implementada pelo chargista, supondo que seu leitor as detenha, caso contrário o ato de comunicação não será concretizado.

Outra tipificação de contexto é trazida por Fowler (1994). Segundo o autor, podem-se distinguir três tipos de contexto: o *contexto da enunciação*, o *contexto cultural* e o *contexto de referência*. O contexto da enunciação é a situação na qual se dá o discurso, que inclui o meio ambiente, as pessoas envolvidas, o meio por onde se estabelece o discurso. Vê-se que se assemelha à idéia de contexto micro-situacional, proposta por Vereza.

Fowler (1994: 148) aponta para uma distinção do contexto da enunciação em que a situação de comunicação se estabelece por meio escrito ou falado e enumera, principalmente, a função dos elementos dêiticos envolvidos em tal situação, considerando, por exemplo, a diversidade de escolhas e significados para palavras como

“aqui” e “agora” em um discurso face-a-face ou numa conversa telefônica – palavras básicas que marcam o momento do discurso, mas que são usadas de modo distinto de acordo com os diferentes tipos contextuais.

O emprego dos dêiticos pessoais “eu” e “tu”, no discurso, também merece atenção por parte de Fowler. Segundo o autor, há uma diferença grande entre um “eu” identificado no discurso, que aponta para uma pessoa real e um outro “eu”, não identificado, apontando para um personagem, como num texto literário, por exemplo. Como esse gênero não faz parte do escopo deste trabalho, interessa-me outra vertente desse contexto da enunciação. Considere-se esta manchete:

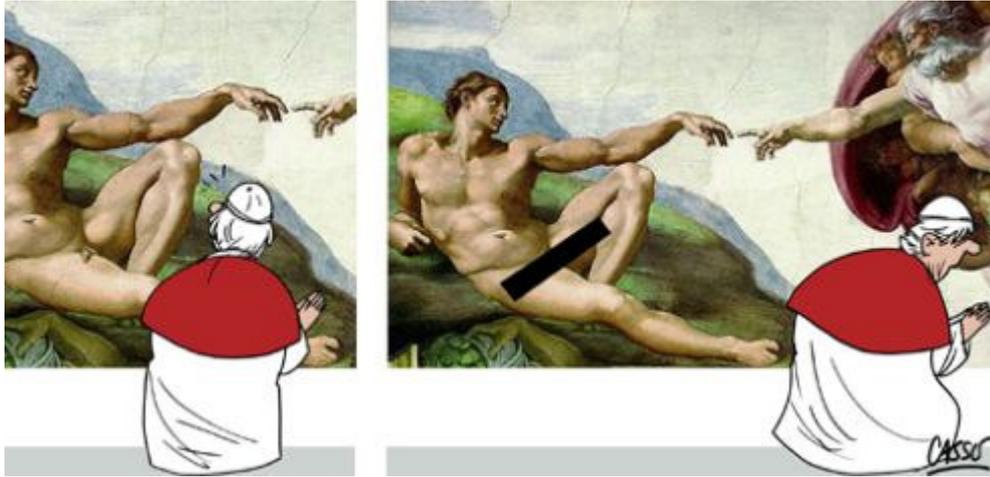
João Paulo: “Vou recorrer na Mesa e na Justiça se meus direitos forem violados”

O Globo, 12/10/05.

A fala, de João Paulo Cunha, do PT de São Paulo, acusado de receber dinheiro do esquema liderado pelo publicitário Marcos Valério, aparece em primeira pessoa. O “eu” empregado tem como referência a pessoa real do ex-presidente da Câmara, o que traz ao contexto da enunciação um traço de veracidade, inerente ao texto não-ficcional. Não se trata, aqui, de uma instituição, o deputado não está se apresentando como partido, tampouco como governo, mas como pessoa. Para a construção de sentido, essa idiosincrasia da construção do contexto da enunciação é relevante. Há alguns anos, quando da passeata dos trabalhadores rurais a Brasília, a maioria dos “sem-terra” afirmava conhecer a figura do então presidente Fernando Henrique Cardoso, mas desconheciam seu nome. Para eles, a referência era “presidente” ou ainda “governo”, o nome FHC não representava nada.

Outro tipo de contexto é o contexto cultural, pelo qual se entende toda uma rede de convenções sociais e condições sócio-econômicas a que estão submetidos os sujeitos da cena discursiva. Parece-me que este tipo de contexto se assemelha à visão de contexto macro-situacional sugerida por Vereza. Aqui, crenças e valores sócio-culturais interagem na construção de sentido.

A charge a seguir ilustra esse contexto:



CASSO. *Diário do Pará*, 22/04/05.

A charge ironiza a postura do novo Papa, implicitamente marcada pela linguagem não-verbal empregada. Diante da obra de Michelangelo, Bento XVI aplica uma “tarja preta” ao nu – a qual representa um símbolo de proibição. A charge ganha expressividade a partir do momento em que se tem a informação sobre a postura considerada retrógrada do sumo sacerdote, conhecido por suas posições reacionárias, antagônicas ao seu antecessor, João Paulo II, considerado liberal, segundo os paradigmas da Igreja.

O terceiro tipo de contexto a que faz alusão Roger Fowler é o contexto de referência, que é exatamente o assunto do discurso. Esse tipo de contexto está intimamente ligado a um traço da linguagem humana denominado de *afastamento*, que consiste na capacidade de referir-se a coisas e acontecimentos afastados no tempo e no espaço do contexto imediato da enunciação. Fowler afirma que o *afastamento* é facilmente identificado como pré-requisito em discursos narrativos e ficcionais.

Esta última tipificação parece-me já contemplada pelo que está intrínseco ao processo de referenciação, não havendo, portanto, a necessidade de estabelecer um terceiro tipo de contexto. Assim, acredito que as noções de contexto da enunciação e de contexto cultural já suprem uma delimitação coerente acerca da acepção de contexto.

Outro recorte bastante interessante é feito por Décio Rocha (1999b). Para o lingüista, há duas perspectivas sobre o contexto; uma tradicional, e outra, ligada à visão cognitivista do discurso⁷. A perspectiva tradicional é requisitada por uma visão

⁷ Rocha trata essa nova perspectiva da acepção de contexto como uma vertente da chamada semântica cognitiva. Pela natureza deste trabalho, não serão aprofundados os conceitos analisados usando tal terminologia, preferindo-se o enfoque argumentativo para os fenômenos da língua.

estruturalista da língua, em que se prega a sua autonomia para a compreensão de todos os fenômenos lingüísticos. Contudo, mesmo aqueles que defendem tal autonomia, ou seja, que não admitem a interação de fatores extralingüísticos para a descrição da língua, que enxergam tal descrição fora de uma situação de comunicação, precisam da concepção de contexto para explicar casos de ambigüidade, por exemplo, seja ela lexical ou sintática. O mesmo ocorre para a construção de sentido de discursos em que se empregam elementos dêiticos, como o emprego do pessoal “eu” ou do advérbio “aqui”.

Assim, segundo Rocha (1999b: 116), “*o contexto desempenha tão-somente um papel de instrumento acessório, isto é, só intervém quando dele necessitamos para resolver uma dificuldade de interpretação.*”

A segunda abordagem feita pelo lingüista faz alusão à idéia de que o contexto não antecederia ao enunciado, mas seria construído ao longo da interpretação. Ao contrário da visão tradicional de contexto, cuja concepção aponta somente para uma situação de comunicação isolada, funcionando como uma ambientação necessária para a compreensão do sentido de situação específica, por isolada que é, nessa nova abordagem o contexto passa a ser uma das conseqüências dos enunciados. Segundo Rocha (id.: 117), “*o contexto resulta das interpretações que vão sendo feitas durante uma interação.*”

Chiavegatto (2002) corrobora tal opinião na medida em que credita a construção de sentido a uma correlação entre os signos verbais que constituem o enunciado e os signos de várias naturezas que compõem o contexto. Diz a autora que o contexto, sendo uma estrutura essencialmente dinâmica, relaciona-se de diferentes formas com os signos envolvidos no enunciado, e dessas relações estabelecidas surgem novas concepções para determinado signo – é a noção de *interpretante*, proposta por Peirce, atuando nesse processo lingüístico. Conclui, então, Chiavegatto (2002: 119):

Assim, o sentido do contexto nasce do entrelaçamento de signos trazendo o texto do mundo para a suplementação de sentidos construídos, pois trazemos o mundo dos sentidos para os significados que construímos, integrando cognição, gramática e interação.

A charge a seguir pode ilustrar as idéias apresentadas:



LAÍLSON. *Charge on line*, 21/05/05.

Numa primeira leitura, o enunciado prevê o término de tinta verde com que se pintava uma inscrição onde se pode antever “Lula lá”. Contudo, a mera percepção de que o locutor da mensagem é o Ministro da Cultura Gilberto Gil, integrante do Partido Verde, autoriza outra interpretação do enunciado: o PV se desligara do governo naquele momento. Assim, metaforicamente, a construção da reeleição de Lula não contará com a participação do Partido Verde, é o que se pode depreender do enunciado “Acabou o verde, companheiro presidente”.

Dessa forma, percebe-se que são elementos integrantes do contexto – a saber, o Ministro Gilberto Gil e a presença do item lexical “verde” – que autorizam a formulação de uma nova possibilidade de leitura do enunciado, por conseqüência, uma nova interpretação. Assim, o entrelaçamento dos signos presentes na charge, como o símbolo do partido inscrito na lata de tinta – que é verde – e a figura de Gilberto Gil, com os signos oriundos das informações compartilhadas, como a natureza dos personagens envolvidos na charge (Gilberto Gil é ministro do governo), bem como o conhecimento de que o PV saíra da base governista, pode determinar, de fato, a formulação de uma hipótese suplementar para a interpretação adequada do enunciado descrito na charge. O contexto, descrito por Chiavegatto, como o “*espaço de sentido*”, em sua essência dinâmica, atualiza-se e é construído a partir da construção dessa nova interpretação produzida.

Pode-se ver outro exemplo neste anúncio, retirado de Sandmann (2003: 84):

Previsão dos nossos japoneses: fim de semana sem chuviscos. Novo Cine 4 Toshiba

Veja, 28/08/91.

A associação primária entre os termos “previsão” e “chuviscos” leva a uma leitura que coteja o campo da meteorologia. No entanto, os itens integrantes do contexto verbal do anúncio, como “japoneses” e “Toshiba”, legitimam outra hipótese a ser formulada: trata-se de um anúncio de aparelho de TV, conferindo um sentido metafórico ao termo “chuvisco”. Não se tem mais o sentido literal de chuva, mas uma alusão às interferências que ocorrem nas transmissões dos aparelhos. Assim, o reconhecimento do signo verbal “Toshiba”, conhecida marca de aparelhos eletrônicos, autoriza essa nova hipótese a ser construída.

A charge a seguir também ilustra o assunto:



IQUE. Jornal do Brasil. 06/05/05.

A charge mostra o ex-deputado estadual André Luiz despencando por uma cachoeira, agarrado a uma máquina caça-níqueis. O contexto vai sendo construído a partir da própria interpretação da situação em que o signos não-verbais estão envolvidos e das informações compartilhadas acessadas. André Luiz foi acusado de tentar extorquir R\$ 4 milhões do empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, para livrá-lo de indiciamento no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Loterj, instituída pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

A partir desses elementos, pode-se perceber o entrelaçamento de signos: de forma criativa, o chargista representa o ex-deputado agarrado a uma máquina caça-níqueis, sendo arrastado para uma cachoeira – uma referência ao nome do empresário de casas de jogos, autor da gravação em fita das atividades ilegais dos políticos envolvidos. Dessa maneira, os signos não-verbais da charge – a máquina caça-níquel e a própria cachoeira – legitimam a hipótese que os relaciona a outros elementos, como a questão envolvendo os bingos e o empresário.

Um último exemplo que sustenta a visão de que o contexto se constrói a partir da própria interpretação é a charge que segue:



DÁLCIO. *Diário do Povo* (SP), 04/09/04.

A primeira hipótese de interpretação óbvia sugere uma criança apagando o quadro-de-giz num ambiente precário, imagem legitimada pelas marcas no quadro e nas paredes. No entanto, o título da charge faz referência a Beslan, uma escola da Rússia. Essa informação, integrante do contexto da charge, autoriza a formulação de outra hipótese, a partir do momento que aciona uma memória que detém informações sobre o massacre de várias pessoas liderado por terroristas naquela instituição escolar.

Dessa maneira, o signo não-verbal representado pelas marcas no quadro e nas paredes é ressignificado, passando a uma referência a marcas de balas, rastro da violência a que aquelas pessoas foram submetidas. É interessante notar que a criança da charge tenta apagar as marcas dessa violência e não consegue. Talvez, se fossem somente um signo da depredação do espaço físico da sala, pudessem ser reformadas,

mas sendo marcas de tamanha violência, na memória das crianças que viveram a tragédia tal fato dificilmente será apagado.

Assim, ratificando a visão de Rocha e Chiavegatto, o contexto, traço fundamental na construção de sentido do enunciado da charge, é construído a partir da reinterpretação dos signos envolvidos na cena discursiva, ou seja, é o entrelaçamento desses signos contidos na charge com os signos vindos do conhecimento de mundo, como afirma Chiavegatto, que possibilita a apreensão de sentido em sua plenitude. Vale citar, ainda, que é uma criança a apagar o quadro (em outro plano de leitura, apagar aquele acontecimento), não um professor, como poderia se esperar – uma alusão clara a quem foi a maior vítima daquele massacre.

Por fim, a contribuição valiosa de Décio Rocha (1999b: 124):

É precisamente a produção de enunciados que garante quais são os elementos do contexto que serão relevantes para os interlocutores em sua tarefa de, juntos, construir um sentido. Percebe-se, desse modo, que diminui sensivelmente a distância que até então existia entre os enunciados e a realidade, inaugurando-se um novo momento nos estudos voltados para um enfoque pragmático dos fenômenos da linguagem.

É exatamente esse enfoque pragmático que permite analisar o contexto como um instrumento na compreensão do sentido e perceber que as relações discursivas atravessam elementos que se apóiam na esfera da língua e também em elementos extralingüísticos.

2.2 Posto, pressuposto, subentendido e inferência

A Semântica da Enunciação, introduzida por O. Ducrot em “Princípios de Semântica Lingüística” (1972), expõe a idéia de que não há uma ordem no mundo que seja dada de forma independente da linguagem e da história. Afirma o autor que a língua não deve ser considerada somente como um código, um instrumento de comunicação, mas deve ser considerada como a confirmação das regras de um jogo que se liga de forma contínua à existência cotidiana. Segundo um artigo de Roberta P. Oliveira (2003: 28), para Ducrot,

a linguagem é um jogo de argumentação enredado em si mesmo; não falamos sobre o mundo, falamos para construir um mundo e a partir dele tentar convencer nosso interlocutor da nossa verdade, verdade criada pelas e nas interlocuções. A verdade, pois, deixa de ser um atributo do mundo e passa a ser relativa à comunidade que se forma na argumentação. Assim a linguagem é uma dialogia, ou melhor, uma “argumentalogia”; não falamos para trocar informações sobre o mundo, mas para convencer o outro a entrar no nosso jogo discursivo, para convencê-lo da nossa verdade.

A noção de verdade será abandonada por Ducrot mais tarde na sua teoria, como veremos adiante, contudo vale ressaltar dois conceitos básicos na visão desse autor sobre semântica lingüística: o sentido dos enunciados é inerente à própria língua e esse sentido é predominantemente argumentativo, daí a tentativa de o locutor persuadir seu interlocutor sobre algo, como afirma Oliveira. Os fenômenos semânticos, portanto, são descritos tomando-se por base a visão de que o eixo central da teoria de Ducrot está na idéia de que a argumentação está na língua⁸, é inerente ao próprio jogo discursivo.

Discípulo de Benveniste, Ducrot reafirma sua formação estruturalista, situando seus estudos a partir dos mesmos princípios saussurianos acerca das observações de como signos e segmentos dos enunciados se comportam e ainda as relações estabelecidas entre locutor e interlocutor.

Contudo, Ducrot amplia essa visão ao conceber a linguagem como um instrumento de argumentação, estabelecendo, dessa forma, um debate entre os interlocutores. Em outro momento do artigo, Oliveira (2003: 18) afirma:

Para a Semântica da Enunciação, herdeira do estruturalismo, o significado é o resultado do jogo argumentativo criado na linguagem e por ela. Diferentemente do estruturalismo, “mesa”, na Semântica da Enunciação, significa as diversas possibilidades de encadeamentos das quais a palavra pode participar. Seu significado é o somatório das suas contribuições em inúmeros fragmentos de discurso.

Não é pertinente a este trabalho uma apresentação detalhada da teoria de Ducrot, em todos os seus desdobramentos, entretanto, para a análise da produção de sentido no

⁸ Nas teorias mais recentes sobre argumentação na língua, propostas por Ducrot, Anscombe e M.Carel, há uma forte tendência a negarem-se os conceitos de referencialidade e cognitivismo, ainda que se aceite a influência de fatores sociológicos e psicológicos na construção dos enunciados.

âmbito discursivo, é fundamental o levantamento de alguns pontos de seus estudos. A formação de sua teoria⁹ passa por várias fases:

1) A teoria da argumentação fundada nos conceitos de pressuposição e os atos de linguagem.

2) A teoria da argumentação na língua, focalizando os conceitos de organização do enunciado e a teoria polifônica.

3) A teoria dos *topoi* argumentativos, com base na argumentação da língua a partir da noção dos encadeamentos discursivos – a noção de *topos*.

4) A nova versão da teoria da argumentação na língua, baseada no conceito de *blocos semânticos*.

A partir da visão das relações intersubjetivas inerentes à fala, proposta por Benveniste, Ducrot nega a redução da língua ao estatuto de código. Segundo Ducrot (1972: 13), “*dizer que as línguas naturais são códigos, destinados à transmissão da informação de um indivíduo a outro, é, ao mesmo tempo, admitir que todos os conteúdos expressos graças a elas são exprimidos de maneira ‘explícita’*”. Reconhece-se, então, no jogo discursivo, um traço fundamental no estudo da linguagem tida como argumentativa: o conceito de *implícitos*.

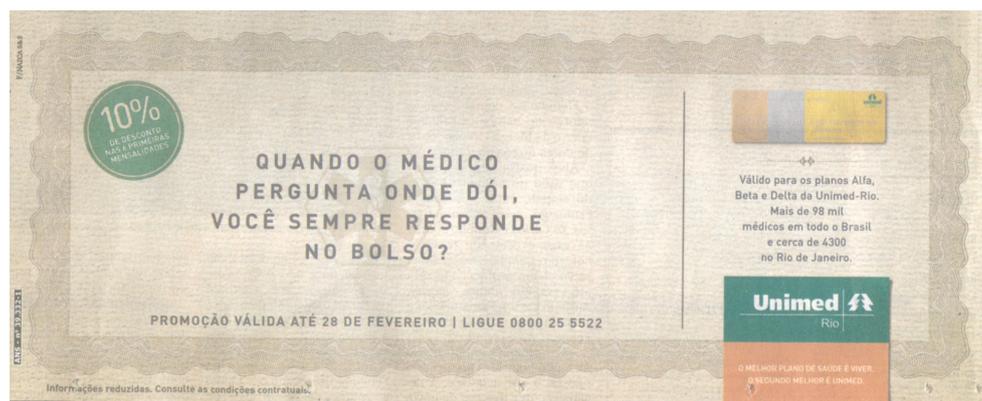
Ducrot aponta duas razões básicas para a ocorrência de implícitos na investigação da linguagem. A primeira delas diz respeito à tentativa de não assumir a responsabilidade pelo dito, não por uma proibição em si, diz o lingüista, mas por, ao dizer a mensagem, constituir-se uma atitude considerada repreensível para o locutor. Uma outra origem para a necessidade do implícito reporta-se ao fato de que uma afirmação explícita poder suscitar uma réplica. Segundo o autor “*tudo que é dito pode ser contradito. De tal forma que não se poderia anunciar uma opinião ou um desejo sem expô-los ao mesmo tempo às eventuais objeções dos interlocutores*” (Ducrot, 1972: 14).

O lingüista francês distingue, ainda, dois tipos de implícitos; aqueles fundamentados no conteúdo do enunciado e outro, ligado à enunciação. O *implícito do enunciado* consiste em apresentar, quando não se quer ser explícito, algo em seu lugar, fatos que podem sugerir a causa ou conseqüência necessária do primeiro. Como dizer

⁹ A sua teoria polifônica, formulada em “O dizer e o dito” (1987), será analisada na seção seguinte. A sua recente teoria dos blocos semânticos, concebida em conjunto com Marion Carel, por um projeto ainda em formação, não será aprofundada neste trabalho.

que o tempo está bom para sugerir que sair de casa seja uma proposta interessante¹⁰. Uma variante sutil do mesmo procedimento, largamente explorada pela propaganda, consiste na apresentação de um raciocínio que apresenta como premissa necessária, ainda que não formulada, o objeto da afirmação implícita. É o caso de anúncios do tipo: “Ele é feliz, compra no supermercado X”. Depreende-se a premissa “quem compra no supermercado X é feliz”.

Num plano mais sutil, este anúncio da Unimed exemplifica tal raciocínio:



O Globo, 17/12/2004.

O enunciado da propaganda sugere uma premissa não formulada (“Na Unimed os planos são mais baratos”). O texto “Se quando o médico pergunta onde dói, você sempre responde no bolso?” gera, por consequência, uma conclusão implícita óbvia: “Então, venha para a Unimed”.

É notório que o implícito favorece o que Ducrot chama de a “inocência do silêncio”, a não responsabilidade pelo não dito. A propaganda, até para chamar a atenção para o que está veiculando, costuma empregar em larga escala esse procedimento, buscando nas entrelinhas o objeto de sentido. Um bom exemplo é o que se apresenta a seguir, a respeito de uma propaganda de lojas de roupas femininas, retirado de Abaurre e Pontara (1999:74):

Se você pergunta pro seu marido se está linda, e ele responde que te ama de qualquer jeito, tá na hora de falar com a gente.

¹⁰ Ao formular essa tese, em “Princípios de semântica lingüística” (1972), acerca dos implícitos do enunciado, Ducrot lança como exemplo a frase “dizemos que o tempo está bom para fazer entender que vamos sair” (Id.ib.: 15). Parece-me que tal construção estaria mais voltada para uma implicação ligada à enunciação do que propriamente ligada ao enunciado.

Percebe-se que na fala do marido há um jogo linguístico implícito: se ele (o marido) ama a mulher “de qualquer jeito”, tem-se a informação de que ele a ama, estando ela linda ou não, contudo, pela negação da resposta exata, percebe-se que ele não concorda com o fato de ela estar linda, naquele momento. Assim, embora o marido não diga que está achando a mulher feia, tal idéia fica implícita pela resposta que ele dá a ela.

Ducrot (1972: 16) afirma que esse procedimento apóia-se numa organização interna do enunciado:

Resume-se em deixar não expressa uma afirmação necessária para a completude ou para a coerência do enunciado, afirmação à qual a sua própria ausência confere uma presença de um tipo particular: a proposição implícita é assinalada – e apenas assinalada – por uma lacuna no encadeamento das proposições explícitas. Ela tem uma existência indiscutível, já que a própria lacuna é indiscutível, mas tal existência permanece sempre oficiosa – e objeto possível do desmentido – na medida em que só o destinatário, e não o locutor, é chamado para preencher essa lacuna.

Considere-se este anúncio da Parmalat:



In www.ccsp.com.br

Na linguagem verbal do anúncio lê-se: “Parmalat Crescimento. Contém ácidos graxos e ferro, que ajudam no crescimento”. De certa maneira, a lacuna a ser preenchida pelo destinatário pode aparecer não só no enunciado verbal, mas através de elementos indiciais: a “comprovação” de que, sim, o produto faz as crianças crescerem, não está no enunciado verbal em si, mas na altura em que aparecem os desenhos infantis. A

altura do desenho é um índice da lacuna a ser preenchida pelo destinatário do anúncio: a criança que consumir leite Parmalat cresce. Desse modo, a lacuna a ser preenchida pelo destinatário para a construção do sentido de que fala Ducrot se sustenta nos signos icônicos e indiciais presentes no anúncio.

Outra tipologia dos implícitos não reside no enunciado, mas na enunciação, o que Ducrot chama de *subentendidos do discurso*. Cita-se a relação hierárquica de uma ordem, por exemplo. No plano da enunciação, a ordem aparece como uma intenção de se afirmar, de fato, que se está em condições de se dar ordens, como se o próprio ato de enunciação fosse, de modo implícito, uma legitimação da idéia que se quer passar, por isso o implícito não aparece aqui como um prolongamento do enunciado, mas num plano mais profundo, como uma “*condição de existência do ato de enunciação*”. Ducrot lança mão do exemplo freqüente da comédia clássica, em que a criada, dando a entender a sua senhora que sabe do amor que ela sente por um jovem, fala insistentemente do objeto desse amor.

Mainueneau (1997: 58) faz uma distinção entre os implícitos e os classifica como *implícitos semânticos*, associados ao material lingüístico, e os *implícitos pragmáticos*, relacionados ao contexto. Assim, o primeiro tipo apresenta uma ancoragem textual na própria língua, enquanto o outro se apóia na relação do enunciado com seu contexto para a apreensão de sentido do valor implícito.

Tal conceituação apresenta terminologia diferente na obra de Ducrot. Numa primeira versão do conceito de *pressuposição*, Ducrot distingue os implícitos do enunciado (os implícitos semânticos, para Mainueneau) a que chama de *pressupostos*, e os implícitos que não se sustentam no enunciado, mas na enunciação e no poder interpretativo do interlocutor, os quais são chamados de *subentendidos* (implícitos pragmáticos). Como o lingüista encara a descrição semântica como um fenômeno heterogêneo que inclui além de fatores lingüísticos, fatores sociológicos e psicológicos, que participam da manifestação dos enunciados, é com base na idéia de pressuposição que se torna possível fazer uma leitura mais abrangente de frases como “Que belo dia!”, cujo sentido, às vezes, pode ser o de um dia péssimo para o autor da frase, concebida através de uma fina ironia.

A partir desse processo, Ducrot estabelece a diferença entre dois conceitos, o de *conteúdo posto* e de *conteúdo pressuposto*. O *posto* revela a informação contida na superfície da sentença; o *pressuposto* revela as informações que são interpretadas a

partir do material lingüístico presente no enunciado das sentenças, ambos fundados no sentido literal. Tomemos a seguinte frase analisada por Ducrot como demonstração:

(14) Pedro deixou de fumar.

A idéia de que Pedro não fuma mais é o conteúdo posto, através do qual se pode perceber o conteúdo pressuposto: Pedro fumava antes. Mais tarde, através de sua teoria polifônica, Ducrot irá propor uma análise mais profunda para atos de fala como esse.

Junto a tais conceitos básicos no jogo argumentativo, inclui-se o conceito de *implicatura*, que Moura (2000: 13) define como “*um tipo de inferência pragmática baseada não no sentido literal das palavras, mas naquilo que o locutor pretendeu transmitir ao interlocutor*”. No exemplo (14), se pensássemos numa situação em que o locutor julga ser o interlocutor um contumaz tabagista, a sentença poderia sugerir um conselho implícito para que também ele – o interlocutor – parasse de fumar, por exemplo. Essa informação estaria subentendida e não pressuposta.

Segundo Ducrot, nessa primeira versão de sua teoria, a distinção do conceito de *implícitos – pressupostos* ou *subentendidos* – dá-se no plano sintático. Os *pressupostos* aceitariam certas modificações sintáticas como a negação e a interrogação, enquanto os *subentendidos* não aceitariam tais modificações:

(15) Pedro parou de fumar?

(16) É falso que Pedro parou de fumar.

Nas duas ocorrências, o conteúdo pressuposto se mantém: Pedro fumava antes. Esse teste, normalmente, não se aplica ao sentido subentendido.

Além dessas implicações sintáticas, esses mecanismos enunciativos da pressuposição trazem outra condição: o pressuposto deve ser interpretado a partir de um conhecimento compartilhado entre os interlocutores; a frase (14), por exemplo, só fará sentido ao interlocutor se ele souber previamente que Pedro fumava, é o conhecimento compartilhado entre os dois que possibilita a compreensão do enunciado. O subentendido deve ser interpretado a partir da intenção do locutor e a partir do reconhecimento do jogo discursivo, o que está implícito em tal enunciação. Tomemos como exemplo a manchete seguinte:

Consumidor paga pelo roubo de luz

O Globo, 23/11/05.

A manchete trata do aumento de aproximadamente 11% nas tarifas de luz impostas ao consumidor da Light para cobrir perdas causadas por fraudes, o chamado “gato”. O conteúdo posto é a própria frase enunciada; o conteúdo pressuposto alude às idéias de que existe um consumidor, que existe uma fornecedora de luz e que tal serviço é pago. O conteúdo subentendido pode sinalizar para o absurdo que tal situação implica: uns pagam pelo erro de outros. A escolha do item lexical “roubo” denuncia a carga semântica de perplexidade que a manchete pode gerar. Quando se lê a manchete, os interlocutores compartilham o conhecimento da prática do “gato” e, de certa forma, pode-se entender uma mensagem subentendida: não se deve praticar o “gato”, isso é roubo e está prejudicando pessoas que nada têm a ver com esse procedimento.

Na charge a seguir o conteúdo subentendido é interessante:



MARIOSAN. *O Popular* (GO), 29/09/04.

Através de uma linguagem verbal e não-verbal, afirma-se que não haveria aumento da gasolina na época em que se concebeu a charge. Pode-se compreender isso a partir do enunciado “passa só depois das eleições, tá?”. Dessa maneira, não ocorreria, também, aumento na inflação – representada, aqui, pela figura do dragão. Assim, pode-se perceber o conteúdo subentendido de que um aumento da gasolina na época das eleições seria extremamente prejudicial ao governo, inclusive pelo agravamento dos

índices de inflação. Isso não está no plano do enunciado, mas da enunciação, ou ainda, como propõe Maingueneau, no contexto da charge.

Por entender que *posto* e *pressuposto* são constituintes do enunciado, Ducrot julga que tais conceitos devem ser considerados como *componentes lingüísticos*; quanto aos subentendidos, ausentes do enunciado que são, seriam considerados *componentes retóricos*. Lopes (2003: 289) esclarece tal ponto de vista:

Assim, o *posto* se autoriza no “eu” do destinador do enunciado, o *pressuposto* no “nós” que engloba destinador e destinatário (ambos aparecem como *aportes* próprios do enunciado), enquanto o *subentendido* se autoriza no “tu” do destinatário, nas conclusões que ele extrai do enunciado por sua conta e risco (ao contrário do *posto* e do *pressuposto*, o *subentendido* está ausente do enunciado).

Segundo Lopes, a denominação de *componente retórico* estaria justificada por uma intenção de persuasão envolvida no discurso, valorizando, assim, uma função apelativa da linguagem. No entanto, argumenta Lopes que a denominação de *componente ideológico* seria mais plenamente justificada, tendo em vista as implicações conotativas envolvidas. Particularmente, concordo com denominação proposta por Lopes, por acreditar que a implicatura é, de fato, ideológica.

O conceito de que a pressuposição se funda no sentido literal do enunciado e se prende a questões sintáticas para sua distinção gerou críticas, sendo a de Paul Henry (1992) a mais contundente. Segundo este autor, a idéia de pressuposição implica a de sentido literal, o que acarretaria uma visão errônea sobre a posição de sujeito: acreditar que o sujeito falante, autor do enunciado, é o único responsável pelo sentido é crer que aquele que introduz a fala é também aquele que diz a mensagem. Estão em jogo, aqui, propriedades que negam a unicidade do sujeito e sua posição monofônica, o que foi revisto, mais tarde, na teoria da argumentação da língua: a teoria polifônica proposta por Ducrot, em outro momento de seus estudos, procura dar conta dessas questões.

Outro fator de crítica se deve ao fato de a pressuposição se apoiar somente no material lingüístico do enunciado, idéia também já revista pelo próprio Ducrot. Com efeito, a definição de *pressuposto* como um implícito que se apóia no material lingüístico não se sustenta em enunciados mais complexos. Sobre tal questão, Guimarães (2005) apresenta uma idéia proposta por Ducrot acerca da *negação descritiva* e da *negação metalingüística*.

Para a ilustração dessa diferença, as frases a seguir são exemplares:

(17) Julia e Clara não foram à escola.

(18) Esse carro não é bom, ele é ótimo.

Segundo Guimarães, Ducrot considera que a negação descritiva nega o enunciado, como em (17). A negação metalingüística nega a própria enunciação, como em (18). De fato, afirma Guimarães (2005: 52): “*a negação neste caso não nega o predicado ‘bom’, ele nega o fato de que outro locutor tenha dito ‘o carro é bom’.*” Em raciocínio parecido, Barbisan (2004: 69) propõe outro exemplo:

(19) Pedro não veio; ao contrário, ficou em casa.

Repara-se que a expressão “ao contrário” não se opõe ao segmento anterior – “Pedro não veio”. De fato, esse segmento e “ficou em casa” não se opõem, mas orientam na mesma direção. Na verdade, em (19) tem-se uma outra voz que afirma a vinda de Pedro, e é a essa informação que se dirige a expressão “ao contrário”. Desse modo, a negação se apóia em algo que está implícito na própria enunciação.

Assim, pode-se perceber que tanto em (18) quanto em (19) o pressuposto não se sustenta no material lingüístico, mas no que está implícito na enunciação, o que invalida a definição inicial de Ducrot para a pressuposição. Acredito, portanto, que uma terminologia apropriada para tais casos seja somente a de “implícitos”, ainda que se reconheça a atuação dos mecanismos enunciativos – seja na língua, seja no contexto.

Por conta dessas variantes, Ducrot, numa outra etapa de sua teoria, desenvolve o conceito de *polifonia* e depois, em parceria com Jean-Claude Anscombe, o conceito de encadeamento discursivo – *topos* –, conceitos que serão analisados adiante.

Às noções de *conteúdo posto e conteúdo implícito*, acrescenta-se o conceito de *inferência*. Segundo Charaudeau e Maingueneau, em seu “Dicionário de Análise do Discurso”, originariamente o conceito de *inferência* vem da *lógica formal*. Contudo, essa posição logicista é refutada pela posição que considera fundamental nesse processo não somente o compromisso com a verdade, mas o contexto em que o sentido deve ser interpretado.

Dessa forma, Ducrot afirma que “*entende pelo ato de inferir não o ato psicológico que consiste em fundar uma convicção sobre certos índices, mas um ato de*

linguagem cuja realização implica a produção de um enunciado” (Anscombre e Ducrot, 1997:10-11).

Charaudeau e Maingueneau (2004: 275) corroboram tal visão:

Locutor e interlocutor produzem inferências que permitem ao primeiro acrescentar um sentido implícito aos enunciados que produz explicitamente e, ao segundo, separar seus próprios sentidos implícitos em função das relações que estabelece entre esses enunciados e os dados que possui sobre o contexto e a situação de enunciação.

Como já exposto, a produção de sentido não se dá anteriormente ao enunciado, mas é construída no momento do processo de enunciação, a partir da interação dos agentes da cena discursiva.

Charaudeau e Maingueneau acrescentam que se estabelecem, aqui, dois modelos de inferências; as chamadas *inferências lingüísticas*, que se ligam aos pressupostos, e as *inferências discursivas*, que se ligam aos subentendidos, ainda tomando como base a versão inicial da teoria de Ducrot.

Na perspectiva da análise do discurso, a inferência atua mais no processo de interpretação do que na produção de enunciados e podem-se determinar, basicamente, três tipos de inferências: a *contextual*, a *situacional* e a *interdiscursiva*. A *inferência contextual* leva em conta os dados dos enunciados ou ainda outros elementos que corroboram a sua compreensão. Charaudeau e Maingueneau citam uma interpretação de uma manchete de jornal através de seu subtítulo, ou uma foto que a acompanhe.

Vejamos um exemplo: o jornal O Globo, de 06/01/05, estampou na primeira página esta chamada:

Herança maldita: O que restou do deque na Praia da Macumba, uma das últimas inaugurações de Cesar Maia em 2004. A prefeitura, que ainda é de Cesar, pegou carona na tsunami e botou a culpa numa “maré de leste anormal”.

A inferência dessa manchete na primeira página se completa somente pela presença da foto que acompanha a chamada. Ao se ver de fato o estado do deque, pode-se inferir o real sentido da expressão “herança maldita”:



Foto de Marcos Tristão. *O Globo*, 06/01/05.

Outro tipo de inferência é a *inferência situacional*, que acontece quando se recorre a elementos da situação. Os autores citam o exemplo de uma frase como “A gente se diverte bastante aqui”, dita pelo superior na hierarquia de um escritório, sugerindo uma “ordem na casa”, como se o lugar estivesse uma “festa”.

Um bom exemplo desse tipo de inferência pode ser visto nesta charge:



IVAN. *Diário de Natal*, 09/12/04.

A princípio, a palavra “procurado” sugere a idéia de um criminoso. Contudo, a inferência se realiza a partir do conhecimento dos sujeitos da situação: são crianças de rua procurando “Papai Noel”, são crianças desamparadas por aquilo que o natal costuma

representar. Assim, o jogo discursivo, envolvendo, inclusive, os elementos não-verbais, como a imagem de um Papai Noel, só podem ser interpretados a partir do conhecimento da situação dos sujeitos locutores, a sua natureza de meninos de rua.

O terceiro tipo de inferência é a *inferência interdiscursiva*, que ocorre quando a interpretação se concretiza a partir de um saber pré-construído, um conhecimento compartilhado. Este anúncio do inseticida SBP representa essa inferência, na medida em que é necessário, para a interpretação do anúncio em seu sentido amplo, um conhecimento prévio de que sapos se alimentam de mosquitos. Só de posse desse conhecimento poderá ocorrer a compreensão do “apelo” do anfibio:

SBP: Não sobra nenhum inseto



In www.cbsp.com.br

Um outro exemplo de inferência interdiscursiva, talvez a mais produtiva em produções de charges, cartuns e na propaganda, encontra-se na sutileza desta tira de Chris Browne:



BROWNE, Chris. *O Globo*, 10/03/03.

A tira parte de um conhecimento prévio de que pescadores costumam mentir, ou pelo menos, aumentar os seus feitos. Assim, a julgar pelos longos braços do personagem, infere-se o humor empregado: ao usar os braços para demonstrar o tamanho do peixe que pega, tem-se, de fato, o maior pescador da Noruega. Infere-se, também, a idéia de que pescadores vivem muito mais de contar os seus feitos do que propriamente comprová-los.

Por fim, outro exemplo encontra-se nesta tira, de Jim Davis:



DAVIS, Jim. “Caderno Vida e Arte”. *Jornal do Povo*, Fortaleza.

Ao dizer “corte uma orelha”, Garfield faz referência a Vincent Van Gogh, pintor holandês nascido em 1853, um dos principais nomes da pintura mundial, que não tinha uma orelha. Sem tal conhecimento prévio sobre Van Gogh, a inferência não se completaria de modo algum. Ao propor a mensagem, o interlocutor supõe ter com o destinatário um conhecimento compartilhado para que ele possa, ao completar tal lacuna do implícito, interpretar o humor presente na tira.

Concluindo, vale acrescentar a interessante analogia que faz Chiavegatto (2002: 122): “a etimologia de inferir é metaforicamente reveladora da natureza processual das inferências: ‘tirar dos infernos’”. Assim, inferir torna-se, de fato, resgatar para a superfície do discurso as informações implícitas tanto no enunciado quanto em seu contexto sócio-histórico, bem como a situação em que se insere, analisada a partir de uma memória discursiva atualizada pelos interlocutores.

A Teoria da Argumentação, proposta por Ducrot, a princípio postulava a tese de que cada enunciado poderia corresponder a um valor de verdade (verdadeiro ou falso). O autor, em conjunto com outros estudiosos, entre eles Jean-Claude Anscombe, em outra fase de sua teoria, nega essa condição de verdade e aponta para uma reconstrução dos conceitos fundamentais de seus estudos. Em entrevista a Heronides Moura (1998),

Ducrot afirma que o sentido dos enunciados não deve se resumir ao seu valor de verdade. E completa a seguir:

Parece-me que a idéia geral que domina todo o meu trabalho é a percepção de que a língua (mais precisamente, deveríamos falar em discurso) não pode ser reduzida à função informativa e que as frases da língua comportam, semanticamente, elementos que não equivalem às condições de verdade.

Assim, Ducrot passa a desenvolver uma análise da língua e da argumentação, acerca da construção de sentido, considerando a ação recíproca dos interlocutores como fator preponderante. E tem como eixo principal a idéia sustentada na “Teoria dos *Topoi*”:

Compreendo os *topoi* muito mais como possibilidades discursivas, como possibilidades de encadeamentos discursivos, e quando afirmo que uma palavra é um feixe de *topoi*, entendo por isso que ela abre um leque de encadeamentos possíveis, e não vários tipos de inferências ou deduções. (...) Prefiro entender os *topoi* como fontes de discurso, e não como o terceiro termo, como garantia que assegura e valida a passagem de uma idéia à outra idéia, de argumento a uma conclusão. (*Apud* Moura, 1998: 5 - 6).

Ducrot apresenta para exemplificar a conceituação de *topos* as construções “pouco” e “um pouco”, como nas seguintes frases:

(20) Lucas estudou pouco. Vai ser reprovado.

(21) Lucas estudou um pouco. Vai ser aprovado.

Um enunciado pode ser composto de dois segmentos – uma argumentação e uma conclusão – e é o *topos* que articula tal relação. O encadeamento possível entre argumentação e conclusão nessas frases se dá a partir da convocação de um *topos* que atualiza a relação e permite o entendimento: o estudo leva ao êxito. Contudo, se pensássemos de outra forma – que o estudo leva ao fracasso (porque é mal remunerado, por exemplo) – teríamos outra interpretação das frases, pois teríamos outro *topos* encadeando os segmentos.

Segundo Ducrot (2002: 11) “o ‘*topos*’ não é apresentado como uma contribuição, mas como um suporte argumentativo”. Ao citar essa propriedade

argumentativa, o lingüista considera a noção de *topos* como um avanço em sua teoria da pressuposição, estruturando a língua como uma possibilidade de encadeamentos discursivos a partir de um elemento que concatenaria a passagem da argumentação para a conclusão.

Ducrot (1989) admite três propriedades na constituição dos *topoi* como um princípio argumentativo. A primeira delas é a noção de “universalidade”, que aponta para um sentido que é compartilhado por toda a comunidade lingüística que o emprega. Ao se falar “O tempo está bom, vamos à praia”, a conclusão no segundo segmento só é possível se se parte de um *topos* considerado universal entre os interlocutores: a idéia de que o calor torna a praia um ambiente agradável.

Uma outra propriedade, na verdade, decorrente da primeira, é a noção de “generalidade”. Tal propriedade indica que se um princípio é válido para determinada situação, deve ser válido, também, para outras semelhantes. Segundo Ducrot (1989: 25), tomando-se o exemplo anterior, “*o movimento argumentativo supõe que não somente no momento em que se fala, mas sempre, o calor contribui para a praia tornar-se agradável*”.

A terceira propriedade, considerada pelo lingüista francês como a mais importante, é a noção de “gradualidade”. Ela prevê que o *topos* que legitima a passagem de argumento para conclusão tem a natureza gradual.

É essa propriedade que autoriza o conceito de *formas tópicas*: tomando o *topos* “o estudo leva ao êxito”, quanto mais se estuda, mais êxito; da mesma forma, quanto menos se estuda, menos êxito. São duas formas tópicas baseadas no mesmo *topos*. Essas formas tópicas são chamadas *equivalentes* e o *topos* que autoriza uma forma tópica permite igualmente a outra, sua recíproca. Admitindo-se uma forma, tem-se a expectativa da outra, uma vez que a forma tópica convoca o *topos* que deixa aceitável a formação recíproca.

É notório que Ducrot mantém, assim, a idéia de que a argumentatividade se inscreve na língua sempre, é na língua que se obtêm as instruções para a compreensão do sentido dos enunciados.

Segundo Flores e Teixeira (2005: 70), na proposta de Ducrot, “*a utilização da língua exige que se disponha de ‘topoi’*. Entretanto, ela não determina os conteúdos que constituem esses ‘topoi’, isto é, a mesma língua pode ser utilizada por comunidades lingüísticas que admitem ‘topoi’ contrários.”

Corroborando essa visão dos *topoi*, Furlanetto (2000a) afirma, com base no pensamento de Anscombe, que os *topoi* estariam no nível do interdiscurso – a que ela chama de *memória discursiva* –, como algo legitimado pelo consenso de uma comunidade, mais ou menos vasta, podendo, inclusive, ser representada por um indivíduo – o locutor, por exemplo. Assim, dependendo da memória discursiva, pode, de fato, cada comunidade assumir *topoi* contrários.

Dessa forma, a partir da teoria dos *topoi*, o sentido do enunciado é resumido por Barbisan (2004: 76):

O ‘enunciado’ é uma concatenação argumentativa composta de dois segmentos: um ‘argumento’ (A) e uma conclusão (C). O primeiro segmento, o ‘argumento’ (A), é entendido a partir do segundo, a ‘conclusão’ (C). O sentido do argumento só pode ser entendido em relação à conclusão, e vice-versa. Então, o ‘sentido do enunciado’ não preexiste ao discurso; ao contrário, é construído no discurso. (...) Na passagem do argumento para a conclusão, *topoi* são convocados, articulando os dois segmentos.

Ainda, segundo Barbisan (2004), o emprego da língua pressupõe, como afirmam Flores e Teixeira, que o usuário, em sua coletividade, possui *topoi*, e acrescenta que também as palavras podem conter *topoi*, o que, parece-me, está intimamente ligado ao conceito de memória discursiva. Isso implica formular uma hipótese polêmica: também as palavras poderiam assumir o papel de encadeamento discursivo, talvez fossem até dotadas de sentidos, e que não só os enunciados tivessem tal propriedade.

Embora nenhuma palavra tenha, de forma inerente, um sentido próprio, o uso cristaliza o sentido de certas palavras e não necessariamente o de outras. Grupos de extrema direita na Europa rejeitam a qualificação de “neonazistas”, preferindo “nacional-socialistas”, por exemplo. As imagens ideológicas que a palavra “nazista” traz estão intimamente ligadas a um traço negativo, enquanto “nacional-socialista” não. Essas imagens assumem diferentes posições, que determinam diferentes sentidos na relação discursiva.

Por isso, acredito que o item lexical guarde, sim, marcas histórico-culturais, que podem funcionar como um feixe de *topoi*, como afirma Ducrot, determinando as suas possibilidades de encadeamento discursivo. Isso se dá porque ao se escolher uma palavra constituinte do enunciado, ela de modo algum será aleatória, já que traz uma carga expressiva em si que permite o desdobrar do discurso, o qual, ao ser concretizado,

atualiza e legitima o sentido daquela palavra escolhida. Escolhem-se tais palavras por já serem, de alguma forma, adotadas pelo senso comum, que é um traço de universalidade do *topos*, mas só terão seu sentido pleno à medida que forem atualizadas pelo contexto do enunciado; na verdade, parte-se da intenção que rege o todo enunciativo, que, por sua vez, irradia sua expressividade para cada uma das palavras. É o desencadeamento discursivo que determina o *topos* intrínseco do item lexical e vice-versa.

Sobre a noção de expressividade, Bakhtin, em “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, aponta para um conceito que se agrega ao de sentido e significação, a que ele denomina *acento apreciativo*, através do qual se avalia o conteúdo expresso, como, por exemplo, a entoação expressiva. Dessa maneira, na sua opinião, o *tema* (sentido) se define pela *significação* e pela *orientação apreciativa*. Segundo o autor, “é à apreciação que se deve o papel criativo das mudanças de significação. A mudança de significação é sempre, no final das contas, uma reavaliação: o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro” (Bakhtin, 2004: 135).

O autor justifica a “aura” atribuída às palavras através dessa orientação apreciativa na medida em que a escolha do item lexical se faz com base no uso efetivo em discursos já conhecidos, não através de um arquivo lexicográfico. Assim, as palavras guardam *ressonâncias expressivas* de discursos de outrem no enunciado em que se insere.

Um exemplo interessante, que ilustra essa análise, encontra-se na seguinte tira, de Bill Watterson:



WATTERSON, Bill. *O Melhor de Calvin*. O Estado de São Paulo, 23/09/02.

O *topos* intrínseco à palavra “lanche” autoriza o encadeamento discursivo que a mãe faz; para ela, “lanchar” supõe alimentar-se de forma nutritiva e saudável, comendo frutas, por exemplo. O mesmo signo, “lanche”, para Calvin, aponta para outro encadeamento discursivo, não explicitado no enunciado, e ele corre para pegar

biscoitos, balas e outras guloseimas. A fala final de que, supostamente, falam “línguas diferentes” está intimamente ligada à idéia de que a lacuna discursiva não foi preenchida pelo destinatário da mesma forma como pretendeu o locutor. O item lexical “lanche” traz em si a possibilidade dos dois encaminhamentos, contudo o sentido pretendido pela mãe ao falar “Claro! Sirva-se (pode fazer seu lanche) só se concretiza na fala seguinte (“Pode pegar uma maçã ou uma laranja na geladeira”).

Por fim, valho-me, aqui, de uma história contada com o traço da oralidade: o empreiteiro fiscalizava um terreno de suas muitas obras – este muito alagadiço –, quando seu funcionário comentou que o terreno era bom, apesar de o lugar ser extremamente “sólido”. Conhecedor do estado do terreno, o empreiteiro questionou o funcionário, que replicou ser o lugar muito distante, portanto muito *solitário*. O item lexical “sólido” não prevê o encadeamento discursivo empregado pelo funcionário, obviamente, contudo, ainda que no plano da oralidade, o item “sólido” teve seu sentido atualizado pelo todo expressivo do enunciado. Aquilo que não representava um signo para o empreiteiro passa a representar, dentro, claro, do contexto sócio-lingüístico em que se inserem os interlocutores deste discurso. O signo, como objeto dinâmico, atualiza-se num interpretante específico do universo lingüístico do funcionário e ganha sentido.

Dessa maneira, a língua deve ser encarada como constituinte da relação homem / mundo, servindo-lhe não só como instrumento de informação, mas como um sistema que legitima a existência cotidiana, apoiada em seus traços históricos, sociais e psicológicos. Por isso, faz-se fundamental estabelecer as funções dos interlocutores do discurso, investigando os mecanismos enunciativos desse processo, como os implícitos e as inferências, percebendo a importância do contexto e do aspecto sócio-cultural que interage ali.

E quando se fala em entender as funções dos interlocutores, captar seus papéis e importâncias, pode-se perceber que o fato semântico, traço do sujeito locutor, não pode ser analisado sem que se analise o papel do destinatário, o que implica um traço pragmático.

Apropriando-me, então, da fala de Heronides Moura (2000: 89),

ambos têm a função de determinar quais contextos devem ser levados em conta para a interpretação de uma sentença, ou em outras palavras, que informações devem ser aceitas pelos interlocutores. A interpretação de uma

sentença é assim intrinsecamente dependente da aceitação de uma série de outras informações contextuais, introduzidas seja pela pragmática, seja pela semântica.

Tal visão aponta para a idéia de que a língua deve ser entendida como um diálogo constante entre traços que se sustentam na própria língua ou fora dela. De fato, ao se produzir um enunciado, põem-se em jogo enunciadores que legitimam diferentes pontos de vista que dialogam em permanente debate, autorizando a presença de várias vozes no discurso que, em confronto com outros marcadores enunciativos, afloram o sentido contido em determinado enunciado. Dessa interação das várias vozes presentes na cena discursiva, desse dialogismo, tratarei a seguir.

2.3 Dialogismo, intertextualidade e polifonia

A produção de sentido dentro do espaço do texto parte de uma idéia central na concepção do que é texto: como já mencionado, ele deve ser visto tanto como uma rede de informações, organizado e estruturado, quanto um objeto de comunicação, fruto de um contexto histórico e social. Considerando essa visão de conjunto do texto, é fundamental retomar as idéias sobre o texto-enunciado de Bakhtin, desenvolvidas em “Marxismo e filosofia da linguagem”.

Nesse livro, o autor russo revela suas reflexões acerca de dois conceitos chave para esta seção: o dialogismo e a polifonia. A partir daí, a concepção de outro conceito pertinente – o conceito de intertextualidade.

Para Bakhtin, o princípio dialógico é intrínseco à relação do homem com o mundo, em suas vertentes sociais, histórias e políticas; não há uma relação monológica. Para ele,

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizado através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (Bakhtin, 2004: 123).

O caráter dialógico apresenta-se, portanto, como uma das principais atividades da interação verbal. Segundo Barros (2003: 2), “*o dialogismo decorre da interação verbal que se estabelece entre o enunciador e o enunciatário, no espaço do texto.*”

Dessa maneira, para Bakhtin, a palavra sempre apresenta duas faces: uma que procede de alguém; outra que se dirige ao outro. Toda palavra estabelece, então, essa ponte entre o eu enunciador e o outro enunciatário; é ela, a palavra, segundo o estudioso russo, “*o território comum do locutor e do interlocutor*”.

Outro aspecto do dialogismo se verifica num processo intertextual dentro do próprio discurso. Nenhum discurso se apresenta com um inocente ineditismo, já que é fruto de um já-dito, em relação ao qual adota determinada postura. Em qualquer texto, não há uma voz única, soberana, mas o encontro de várias vozes que polemizam entre si. Assim, todo texto pode ser considerado um intertexto no qual outros textos estão presentes em variados níveis, podendo ser considerado, pois, como um objeto heterogêneo.

Deste modo, um discurso remete-se a outro, retomando-lhe ou destruindo-lhe os argumentos, as idéias principais. O processo discursivo, portanto, não teria um início, uma vez que se estabelece sempre sobre um já-dito, um discurso prévio.

Tal idéia pode ser explicada a partir da visão que Bakhtin (2004: 112) apresenta sobre o papel do sujeito e a enunciação, que não deve ser vista como individual, na medida em que é essencialmente social:

A enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor.

Dessa forma, a idéia do centramento do sujeito desaparece, não há o foco no eu, nem no outro, mas no espaço constituído entre ambos, ou seja, no próprio texto. Descentrado o sujeito, o sentido da interlocução passa a ser encarada como uma relação dialógica.

Partindo, então, da idéia de que qualquer texto sofre influência de outros textos, pode-se estabelecer o conceito de *polifonia*, que se caracteriza exatamente pelas várias

vozes que se encontram e transformam o texto em outro, conforme as relações estabelecidas entre elas.

O conceito de polifonia foi introduzido nos estudos lingüísticos por Bakhtin, intrinsecamente ligado a sua visão dialógica da linguagem. Para o autor, a visão polifônica, originalmente criada em função de seus estudos sobre os romances de Dostoiévski, está intimamente ligada à relação autor / personagem. Idealizada a partir da concepção musical em que várias vozes se superpõem em partituras diferentes, o conceito de polifonia aparece como uma coexistência de sujeitos na narrativa, que convivem dialogicamente sem um subjugar o outro. Segundo Guimarães (2005: 59),

A polifonia é, então, um caso do modo de relação autor / personagem na criação estética verbal. Isto quer dizer que a questão fundamental do dialogismo de Bakhtin está construído de forma a tratar a alteridade não como multiplicidade de consciências, mas como uma relação de descentramento própria da criação estética, em particular, e do funcionamento da linguagem, em geral. A polifonia é um dos modos deste descentramento.

Apropriando-se desse conceito criado por Bakhtin, O. Ducrot (1987) retoma o termo *polifonia* para designar, sob a ótica do enunciado, as várias perspectivas e posicionamentos que se representam nos enunciados, negando a tese de que para cada enunciado haveria um único autor.

Ducrot parte de uma definição de *enunciação* como o acontecimento histórico do aparecimento do *enunciado*. Para o autor, o sentido de enunciado se dá a partir de uma representação (num sentido teatral mesmo) de sua enunciação. Parte-se de um descentramento da figura do sujeito da enunciação em lugar de personagens – as figuras do discurso – que se movem na cena discursiva.

Para isso, Ducrot distingue o papel do sujeito na enunciação. Para ele, além do sujeito falante, ser empírico que anuncia fisicamente o enunciado, existem o locutor e o enunciador. Ducrot aponta a existência de dois tipos de locutores: o locutor-L, que é a fonte do dizer, quem fala na cena discursiva; e o locutor-l, que se caracteriza enquanto-pessoa-no-mundo. Já o enunciador, contrário ao que observa Bakhtin, não se dá como quem fala – este para Ducrot é o locutor-L – mas um lugar do qual se fala, um ponto de vista que se apresenta na cena discursiva.

Para esclarecer essa distinção entre locutor e enunciador, Ducrot compara sua teoria à teoria narrativa proposta por Genette. Para Ducrot, há uma relação entre locutor e narrador, como aqueles que falam no enunciado / na narrativa, e uma relação entre enunciador e centro de perspectiva, na qual esse centro é o ponto de vista a partir do qual são narrados os acontecimentos, é quem vê. Se o locutor é o responsável pelo enunciado, o enunciador é o perspectivador dos fatos enunciados.

A manchete a seguir trata da ação que foi chamada de “Operação Narciso”, a investigação da Polícia Federal sobre a suspeita de sonegação fiscal dos proprietários da maior loja de artigos de luxo do Brasil: a Daslu.

Colarinho branco de salto alto Polícia Federal prende donos e diretores da Daslu por suspeita de sonegação fiscal

O Globo, 14/07/05.

O locutor do enunciado, institucionalizado pelo jornal, representa uma voz no texto, quem fala. As outras vozes são representadas na cena discursiva pelos enunciadores que legitimam o ponto de vista do locutor. A entrada lexical “colarinho branco” reporta à idéia de um crime de corrupção em alto escalão, autorizando, portanto, a presença de uma voz do universo empresarial e do universo político. Outra entrada lexical, “salto alto”, revela a voz do universo da moda, mas uma moda de alto luxo.

Esse mesmo termo pode autorizar, ainda, uma voz que legitima uma certa dose de empáfia, muito comum no campo semântico do esporte, por exemplo. A se julgar a postura dos proprietários da maior loja de artigos de luxo do Brasil, achando-se imunes à lei, o termo “salto alto” poderia, sim, ganhar tal expressividade polissêmica.

Segundo o critério de polifonia de Ducrot, é a análise do descentramento da figura do sujeito, transformando-o em personagens da cena discursiva – locutor-L e enunciadores – que garantem a percepção das várias vozes do enunciado, viabilizando, assim, a construção do sentido do texto.

Outra manchete, mais amena, trata da conquista da Copa das Confederações pelo Brasil:

E os argentinos sambaram

O Globo, 30/06/05.

Pode-se perceber na manchete um traço de ironia, legitimado pela entrada lexical “sambaram”, ou seja, os argentinos, derrotados na final da Copa das Confederações realizada na Alemanha, entraram no ritmo dos brasileiros, o samba. Tem-se aí, também, a voz da cultura popular, que emprega tal termo para um acontecimento negativo. Segundo Guimarães (2005: 61),

a importância da consideração dos enunciadores é crucial, pois são os enunciadores que marcarão a mobilização dos *topoi*¹¹ na argumentação. A perspectiva enunciativa é que convoca um *topos*, e de tal modo que uma mesma forma pode convocar *topoi* diferentes, segundo as perspectivas constituídas na enunciação de um enunciado.

Se essa mesma manchete fosse, por exemplo, veiculada no carnaval no carioca, indicando a postura de um grupo de argentinos que por aqui estivesse, os enunciadores seriam outros e não convocariam um *topos* que legitimasse uma voz irônica do enunciado. Retomando as palavras de Eduardo Guimarães (2005: 60), “*o enunciador é a figura do sujeito que estabelece a perspectiva da enunciação*”.

Dessa forma, pode-se perceber que enunciação apresenta papéis diferentes de sujeito, que formam, dentro dessa enunciação, um sentido. Não há, como analisado, uma única figura de sujeito. Essa avaliação autoriza uma definição interessante de polifonia. Segundo Angelim (2003: 15),

entende-se polifonia como uma multiplicidade de sujeitos responsáveis pelo ponto de vista das falas, em um texto. Conseqüência natural da vida em sociedade, a polifonia reflete a interação do homem, como ser social, na troca de informações, nas tomadas de posição, enfim, no fenômeno de aculturação do ser humano, no decorrer de sua existência.

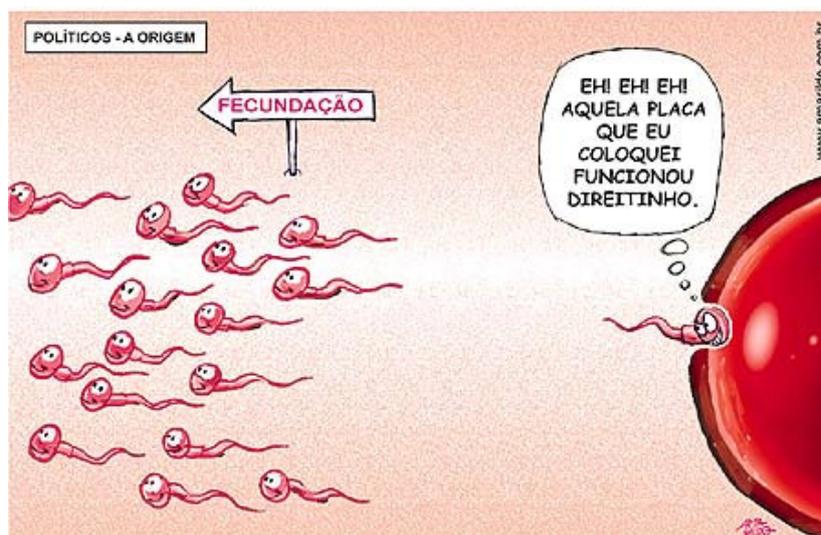
Ducrot considera dois tipos de polifonia: 1) quando há, no mesmo enunciado, mais de um locutor – os casos de discurso relatado, citações, referências, são exemplos

¹¹ Vale registrar que a noção de *topos* e formas tópicas surgiram separadamente da idéia de polifonia. Somente mais tarde, tais noções (*topos* / formas tópicas / polifonia) foram aproximadas.

desse tipo de polifonia. E, 2) quando há, no mesmo enunciado, mais de um enunciador, enunciadores esses que representam na cena discursiva pontos de vista diferentes.

Segundo Koch (2001: 51), “*essa noção de polifonia permite explicar uma gama bastante ampla de fenômenos discursivos, que podem ser classificados segundo a atitude de adesão ou não do locutor à perspectiva polifonicamente introduzida*”. Não cabe neste trabalho a descrição dessas várias classificações propostas por Koch (2001), mas vale ilustrar alguns casos de adesão e de não adesão do locutor à perspectiva polifônica dada.

Na charge a seguir, o locutor adere a um pressuposto falacioso de que todo político tem na sua origem marcas inescrupulosas:



AMARILDO. *A Gazeta* (ES), 03/09/04.

A charge parte de uma idéia implícita a respeito de políticos: todo político é desonesto. Ao ironizar tal desonestidade desde a gênese desse ser, o locutor do enunciado adere àquela visão implícita que permeia o ideário popular, ainda que abarque uma generalização a respeito dessa classe social. Percebem-se, na charge, portanto, não só a voz do locutor, como também a voz do ideário popular, à qual ele faz uma referência concordante. Vejamos outro exemplo:

Pernambuco também está bem na fita
Após o baiano “Cidade Baixa”, o público aplaude
“Cinema, aspirinas e urubus”

O Globo, 19/05/05.

O enunciado da manchete adere ao pressuposto de que há outro filme de naturalidade diferente que foi ovacionado no festival de Cannes. No caso específico do enunciado, a voz do locutor mantém uma concordância com a voz que diz que o filme baiano “Cidade baixa” foi bem recebido em Cannes, e deixa transparecer sua adesão a essa voz através do elemento “também”.

A polifonia desse enunciado também se caracteriza pela presença de uma outra voz: a do jargão popular (“estar bem na fita”). Sendo a cena discursiva um contexto que envolve o cinema, o enunciador que autoriza a leitura da voz popular do jargão autoriza também a leitura polissêmica da entrada lexical “fita”; teríamos aqui dois níveis de leitura, duas isotopias, ambas legitimadas por enunciadores diferentes: um que legitima um *topos* argumentativo em direção à adesão do jargão popular, visto ser a manchete um atrativo para o leitor de cultura, permissivo, portanto, a esse tipo de modalidade lingüística; outro que legitima um *topos* que caminha em direção à adesão do campo semântico do cinema, representado pelo termo “fita”.

A charge a seguir representa outro exemplo de adesão: a paráfrase, na qual se percebe um intertexto:



PATER. *A Tribuna* (ES), 04/06/05.

A charge revela a polifonia do enunciador ao aderir, através de uma paráfrase, à voz do apresentador Silvio Santos, que “distribui” dinheiro para a sua platéia. O ponto de vista da charge revela a crítica ácida ao se colocar a voz do apresentador do SBT,

conhecido por suas fanfarrônicas, na boca do Ministro da Fazenda Antônio Palocci. Estabelece-se um *topos* argumentativo que autoriza uma argumentação que caminha em direção a uma crítica à postura do governo, como se este fosse o maestro de um grande espetáculo, no qual um dos personagens centrais, o Ministro da Fazenda, é o artífice desse jogo de cena, uma clara alusão às suspeitas de pagamentos por parte do PT aos deputados coligados.

Estratégia interessante pode ser vista neste anúncio da Revista Veja, recolhido ao site do Clube de Criação de São Paulo:



In www.ccsp.com.br

O anúncio parte de um estereótipo masculino de não gostar de ir a supermercados. A princípio corrobora a visão feminina de homem perfeito, segundo um ideário das mulheres: o homem deve ser rico, sarado e gostar de ir a supermercados. Percebe-se, claramente, a voz desse ideário na voz do locutor do enunciado, à primeira vista, concordando, aderindo a essa voz implícita. No entanto, quando se analisa a natureza do personagem, o empresário Abílio Diniz, ex-proprietário do grupo de supermercados Pão de Açúcar, entende-se que a adesão é um jogo lingüístico para atrair a atenção do leitor da revista, visto que esse anúncio foi veiculado em cartazes pela cidade como um chamamento para a matéria principal da revista. A estratégia argumentativa, portanto, aparenta uma adesão à voz implícita do ideário feminino, mas não se concretiza, de fato.

Outro exemplo interessante de estratégia argumentativa se dá na charge seguinte.



LUTE. *Hoje em dia* (MG), 09/12/04.

A princípio, a charge adere à idéia contida no jargão popular: quando se acredita que algo jamais irá acontecer, diz-se que isso só acontecerá no dia de São Nunca. A bem da verdade, o locutor retoma a voz de um anúncio da montadora Ford, que teve como campanha a materialização da figura de São Nunca, representada por um ator parecido com o personagem da charge.

Tem-se aqui uma enunciação complexa: Primeiramente, pode-se orientar pelo enunciador que autoriza a voz implícita do anúncio da Ford – que não adere à voz do jargão popular na medida em que materializa a figura do “santo”, com uma mensagem clara: coisas ditas impossíveis podem, sim, acontecer, como a promoção da Ford (na campanha, um personagem diz “sabe quando vou ter um carro desses? Só no dia de São Nunca” e o santo aparece realizando o desejo do personagem). A se adotar tal enunciador, obtém-se uma visão positiva da fala do governo quanto à correção da tabela do imposto de renda.

Contudo, considerando o contexto e o gênero utilizado na enunciação, torna-se mais verossímil a adoção de enunciador que legitima um *topos* argumentativo que se orienta como uma ironia quanto à correção da tabela de imposto de renda, que teve seu anúncio adiado muitas vezes pelo governo. Dessa forma, ironicamente, o locutor estaria, de fato, aderindo, à voz implícita do jargão popular: tais mudanças jamais irão ocorrer.

A charge a seguir representa um exemplo de não adesão:



FAUSTO. *A charge on line*, 12/08/04.

A charge introduz a voz do enunciador “Eles são brasileiros e não desistem nunca”, campanha do governo Lula para motivação e resgate da auto-estima do brasileiro. No entanto, ao colocar a massa popular clamando por comida, justiça, emprego, nota-se claramente a não adesão da voz do interlocutor à voz implícita do governo. O enunciador, aqui, legitima um *topos* argumentativo que ironiza a campanha do governo, deixando transparecer a mensagem de que a auto-estima do povo está ligada a melhores condições de vida.

Um exemplo de não adesão, citado por Koch (2001), é o *détournement*, termo criado por Grésillon e Maingueneau, que consiste na alteração de provérbios, frases feitas, ou slogans, com o objetivo lúdico e expressivo de subversão:



In 25º Anuário de Criação, CCSP, 2000/2001.

A voz do enunciador genérico é introduzida, representando a sabedoria popular: “quem é vivo sempre aparece”. No entanto, a voz do interlocutor se opõe a ela, criando a expressividade do anúncio. Afinal, trata-se de anúncio do Playcenter, que, entre outros atrativos, apresentava as “Noites do Terror”, com “trem-fantasma”, “casa dos horrores”, “sala de espelhos” e outras atrações do gênero. Estratégia comum na linguagem da propaganda, o *détournement* aqui apresentado subverte o enunciador estabelecido pela voz popular.

Tal diálogo de vozes estabelece uma relação dentro do próprio texto e com outros textos. Essa relação caracteriza o conceito de *intertextualidade*.

A partir da visão bakhtiniana de dialogismo, na qual o texto é visto como um entrelaçamento de vozes já conhecidas em diversas outras práticas de linguagem, seja sob um olhar social, político ou histórico, a semioticista Júlia Kristeva (1974) propôs o termo *intertextualidade* para designar o processo pelo qual “*todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto*” (Apud Koch, 2001: 48).

O fenômeno da intertextualidade – constitutivo da produção de sentido de um texto – é desenvolvido sob várias linguagens. A publicitária, por exemplo, tem-se mostrado muito produtiva na adoção da intertextualidade para a criação de seus anúncios. Este é um bom exemplo:



Revista *Cláudia*, julho de 1998.

O slogan do anúncio, “Mon Bijou deixa sua roupa uma perfeita obra-prima”, torna clara a referência à obra-prima que se coloca em cena: O ator Carlos Moreno

vestido de Mona Lisa revela a relação intertextual com a obra de Da Vinci. A intertextualidade óbvia, aqui, mantém traços de uma ironia pela própria imagem do ator – um homem – travestido em Mona Lisa, com sorriso enigmático inclusive, que contribui para chamar a atenção do leitor, um potencial consumidor do produto oferecido.

Outra linguagem que adota o processo intertextual com frequência é a jornalística, principalmente em suas manchetes:

Todos os homens de Roberto Jefferson

Afilhados políticos do presidente do PTB controlam cerca de R\$ 4 bilhões em cargos de segundo escalão

O Globo, 5/07/05.

A manchete faz referência ao escândalo envolvendo o então presidente do PTB, Roberto Jefferson, sobre a corrupção nos Correios, entre outros setores da vida pública do país. A relação intertextual se estabelece com o título do filme *Todos os Homens do Presidente* (Estados Unidos, 1976), adaptação do livro com o mesmo título escrito por Carl Bernstein e Bob Woodward, dirigido por Alan J. Pakula, retratando toda a trajetória vivida pelos dois repórteres do Washington Post, que investigaram a invasão da sede do Partido Democrata, ocorrida durante a campanha presidencial dos EUA, em 1972. O trabalho deles resultou em uma situação política que obrigou o presidente Richard Nixon, do Partido Republicano, a renunciar em 1974. O livro e o filme foram a reconstituição do chamado escândalo de Watergate. Woodward e Bernstein, vividos no cinema por Robert Redford e Dustin Hoffman, mostram o poder da imprensa na vida de políticos.

O assunto voltou à cena com a revelação, depois de trinta anos, da identidade do “Garganta Profunda”, principal fonte dos dois repórteres americanos: o ex-diretor do FBI, W. Mark Felt. A semelhança do tema levou à intertextualidade empregada pelo jornal: a revelação do esquema de corrupção no segundo escalão do governo brasileiro.

Outra linguagem extremamente produtiva no processo intertextual é a charge. O exemplo seguinte refere-se aos acontecimentos ocorridos em Londres, onde, no dia 7/07/05, bombas explodiram em transportes públicos ingleses:



IQUE. *Jornal do Brasil*, 09/07/05.

A charge estabelece um diálogo entre a bomba que destruiu o transporte público em Londres e a outra bomba – esta metafórica –, as denúncias de corrupção no governo, que “explodiram” no Palácio do Planalto, deixando o presidente Luís Inácio Lula da Silva “chamuscado”. Assim como as bombas de Londres trouxeram um clima de apreensão e insegurança, também as notícias de corrupção trazem um clima de incerteza, uma sensação de que estamos à deriva, acéfalos, sem ordem e sem liderança.

O conceito de intertextualidade foi analisado por vários autores sob várias metodologias diferentes. Aqui, o fenômeno intertextual será observado sob duas perspectivas: 1) a intertextualidade tratada como elemento fundamental para a existência do próprio discurso; 2) a intertextualidade como relação entre textos já previamente existentes na cultura. A primeira perspectiva é chamada por Ingedore Koch (2001) de *intertextualidade em sentido amplo*; a outra perspectiva é chamada pela autora de *intertextualidade em sentido restrito*.

Em sentido amplo, a intertextualidade se aproxima ao que em Análise do Discurso se denomina *interdiscursividade*, ou segundo J. Authier-Revuz (2004), a chamada *heterogeneidade constitutiva*, condição básica para a existência do discurso. Charaudeau e Maingueneau (2004: 288) corroboram tal visão sobre a intertextualidade: “*esse termo designa ao mesmo tempo uma propriedade constitutiva de qualquer texto e o conjunto das relações explícitas ou implícitas que um texto ou grupo de texto mantém com outros textos. Na primeira acepção, é uma variante de interdiscursividade.*”

A relação com outros textos, a intertextualidade em sentido restrito, segundo Koch (2001), pode apresentar quatro tipos:

1) **De conteúdo X de forma / conteúdo**: ocorre intertextualidade de conteúdo quando, por exemplo, há o diálogo entre textos científicos de uma mesma área do conhecimento; entre matérias de jornais no mesmo dia sobre um mesmo assunto; entre textos literários de uma mesma escola ou gênero. Segundo a autora, tem-se ainda esse tipo de intertextualidade quando um autor parodia ou imita um texto ou estilo específico.

2) **Explícita X implícita**: a intertextualidade é explícita quando há a citação da fonte, como se pode ver em *resumos*, *resenhas*, *traduções*; a intertextualidade implícita ocorre sem essas citações, ficando a cargo do interlocutor a recuperação dessa relação para a construção de sentido, como acontece nas *alusões*, na *paródia* e alguns tipos de *paráfrase*.

3) **Das semelhanças X das diferenças**: na intertextualidade por semelhança, um texto se apropria do outro para se apoiar na sua linha argumentativa; em se tratando de diferenças, o texto se apropria do outro para ridicularizá-lo, mostrar a sua impertinência. No primeiro caso, temos um posicionamento convergente / concordante; uma *paráfrase*, por exemplo, é representativa dessa tendência. No segundo caso, temos um posicionamento divergente / discordante e a *paródia* é representativa dessa postura.

4) **Com intertexto alheio, com intertexto próprio ou com intertexto atribuído a um enunciador genérico**: quando se cria uma intertextualidade com um provérbio, por exemplo, estabelece-se uma relação com o ideário popular, com a voz de enunciador genérico, representante da *vox populi*.

Os critérios construídos por Koch não se excluem propriamente, completam-se e tentam dar conta de uma variedade de textos, em seus diversos gêneros. Como interessa a este trabalho somente os textos não-literários, primordialmente a linguagem chargística, a jornalística e a publicitária, parece-me mais interessante a divisão proposta por Valente (2002), a partir do trabalho de Laurent Jenny. Para o autor, a intertextualidade pode ser *interna*, quando o autor cita a si próprio, e *externa*, quando há a referência a outro autor. Valente diz, ainda, que a vertente externa pode ser dividida em *explícita*, quando há uma citação na íntegra de uma frase ou verso, e *implícita*, quando há uma citação parcial. Valente esclarece que a vertente externa prevalece sobre a interna, por ser a auto-referência uma possibilidade de demonstração de vaidade ou

cabotismo. Essa vertente ganha maior expressividade quando sinaliza uma mudança de postura do autor.

Serve de exemplo o poema “Sentimento do mundo”, de Drummond, que afirma “*Não, meu coração não é maior que o mundo / é menor*”. Dez anos antes afirmara no “Poema de sete faces”: “*Mundo mundo, vasto mundo / mais vasto é o meu coração.*”

Outro exemplo de intertextualidade interna encontra-se em Vinicius de Moraes. Em parceria com Baden Powell, escreveu os versos de “Samba da Bênção”: “*de se saber mulher / feita apenas para amar, para sofrer pelo seu amor / e pra ser só perdão.*” Tempos depois, com “Regra três”, em parceria com Toquinho, uma revisão da idéia do perdão feminino: “*É que os momentos felizes / Tinham deixado raízes no seu penar / Depois perdeu a esperança / Porque o perdão também cansa de perdoar*”

Na charge a seguir, exemplo de uma intertextualidade externa com o discurso bíblico, temos como personagens Severino Cavalcanti, então Presidente da Câmara dos Deputados, e o Presidente Lula da Silva:



SINFRÔNIO. *Diário do Nordeste* (CE), 24/03/05.

A charge estabelece um jogo intertextual com o discurso bíblico: assim como Judas teria traído Jesus por trinta moedas, também Severino estaria “traindo” as expectativas do governo, aqui representado pela figura de Lula. Mais tarde, ironicamente, o número trinta (trinta mil) ganharia nova concepção como o valor do mensalão, supostamente pago pelo PT a deputados em troca de votos na Câmara.

Outro exemplo interessante de intertextualidade, na verdade, uma paráfrase do poema de Olavo Bilac, encontra-se na manchete do Segundo Caderno de O Globo, por conta da Flip, a festa literária de Paraty:

Ora, direis, ouvir estrelas na Flip!

Rushdie, Suassuna e Jô são destaques na festa literária de Paraty

O Globo, 1/06/05.

A manchete cria um jogo intertextual com o trecho do poema “Via Láctea”, de Olavo Bilac. Há que se destacar, ainda, a construção metafórica: as estrelas de Bilac são astros que de maneira lírica falam de amor ao eu-poético; as estrelas da manchete jornalística são escritores famosos que lerão trechos de seus livros e debaterão com o público suas idéias e afinidades literárias.

Na charge a seguir, outro exemplo de intertextualidade:



RONALDO. *A charge on line*, 12/06/05.

Em 64 D.C., reza a lenda que Nero, o imperador, incendiou Roma – hoje, acreditam os historiadores que o incêndio foi espontâneo, tendo começado em um armazém e destruído boa parte da cidade. Nero se aproveitou disso e reconstruiu uma Roma destrocada. A charge dialoga com o discurso histórico e apresenta Roberto Jefferson como um Nero “pós-moderno”, ateando fogo em Brasília com suas denúncias sobre corrupção no governo, mensalões, caixas dois e tráfico de informações. Resta saber quem reconstruirá essa Roma pós-moderna...

No anúncio seguinte, um bom exemplo de uma intertextualidade estabelecida com um enunciador genérico:

LUGAR DE HOMEM É COM O UMBIGO ENCOSTADO NO TANQUE.

A Ninja ZX 9R é, disparada, a melhor da sua categoria. Seus inovações e aperfeiçoamentos tecnológicos vão continuar deixando os concorrentes correndo atrás.

KAWASAKI NINJA ZX 9R
800 CC
CÂMERA DIGITAL
E MANCHAS
DE FREIO
AMORTECEDOR A NITROGÊNIO



ASSISTÊNCIA TÉCNICA PERMANENTE. ESTOQUE COMPLETO DE PEÇAS. GARANTIA DE FÁBRICA.
ENTREGAMOS EM TODO O BRASIL. CONSULTE-NOS, O MELHOR PREÇO DO MERCADO.
VENDAS POR TELEFONE 0800 250448
FAX (021) 552 6442
E-MAIL: grupos@ninja.com.br

Planeta Kawasaki
AS MELHORES MÁQUINAS DO PLANETA

PARTICIPE DO NOSSO SUCESSO. ENTRE AGORA EM CONTATO COM O NOSSO DIRETOR DE EXPANSÃO JAIRO MATTOS (011) 739 65558

In 23º Anuário de Criação, 1998/1999.

O anúncio da Kawasaki estabelece uma intertextualidade com a fala machista do ideário popular: mulher boa é aquela que está sempre com o umbigo no fogão e no tanque. No anúncio, o lugar de homem é com o umbigo encostado no tanque... de uma moto Kawasaki.

A partir da exposição dos conceitos de intertextualidade e polifonia, pode-se concluir que não há uma coincidência total entre esses conceitos. Retomo a fala de Koch (2001: 57):

Na intertextualidade, a alteridade é necessariamente atestada pela presença de um intertexto: ou a fonte é explicitamente mencionada no texto que o incorpora ou o seu produtor está presente, em situações de comunicação oral; ou ainda, trata-se de provérbios, frases feitas, expressões estereotipadas ou formulaicas, de autoria anônima, mas que fazem parte de um repertório compartilhado por uma comunidade de fala. Em se tratando de polifonia, basta que a alteridade seja encenada, isto é, incorporam-se ao texto vozes de enunciadores reais ou virtuais, que representam perspectivas, pontos de vista diversos, ou põem em jogo “*topoi*”, com os quais o locutor se identifica ou não.

Dessa maneira, parece-me que o conceito de polifonia se sobrepõe ao de intertextualidade, ou seja, é legítimo dizer que em toda intertextualidade há a existência de vozes que polemizam dentro do texto, contudo o inverso não é verdadeiro, na medida em que nem todo caso de polifonia há a recuperação de um intertexto, basta, como afirma Koch (Id.Ib.), que ao texto sejam incorporadas vozes de enunciadores que atestem um ponto de vista e sirvam como perspectivadores do fato enunciado.

De qualquer forma, cabe enfatizar que, sob a ótica da construção de sentido, todo texto é dialógico, ou seja, é constituído de vozes que o atravessam, concordando ou discordando, atestando que o fenômeno da linguagem é essencialmente polifônico.

Assim, por sua essência dialógica, a linguagem, do ponto de vista da produção de sentido, só pode ser analisada quando inserida no campo discursivo, envolvendo o enunciado ao seu contexto, e a seus mecanismos enunciativos. Sobretudo desta maneira a produção de sentido se completa: analisando-se seus componentes lingüísticos e extralingüísticos que estão em jogo na cena discursiva.